



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE ENTIDADES DA
SOCIEDADE CIVIL

Erica Lucia de Moraes

**SITUAÇÃO-PROBLEMA:
A CRESCENTE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
EM SÃO PAULO**

ATOR QUE DECLARA O PROBLEMA:

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão Avaliadora como exigência parcial para obtenção do certificado de conclusão do curso de Especialização Estado, Políticas Públicas e Gestão de Entidades da Sociedade Civil, pela Fundação Santo André.

Monitora: Isabella Jinkings

Santo André
2016

Sumário

1. Indicação da situação-problema e Fluxograma explicativo	1 /1
Situação Problema	1 /1
Fluxograma Explicativo.....	6 /1
2. Comentários analítico-conceituais sobre nós explicativos	1 /2
3. Árvore do problema.....	1 /3
4. Plano de Ação.....	1 /4
5. Análise de Atores	1 /5
6. Análise de Riscos e Fragilidades	1 /6
7. Considerações Finais	1 /7
8. Referências bibliográficas	1 /8

1. Indicação da situação-problema e Fluxograma explicativo

Situação Problema

“*A crescente população em situação de rua na cidade de São Paulo*” é um tema significativo por ser da esfera pública e social e se tratar de um fato alarmante, destacando a problemática desse ciclo de ocupação urbana crescente em nossa cidade, um espelho da desigualdade social e que não é tratado com a devida atenção pela gestão pública.

A população de rua é um fenômeno corrente nos centros urbanos, porém a insuficiência de moradias não é a maior adversidade enfrentada por estes indivíduos. Eles são sobreviventes da exclusão social, o que muitas vezes é sinônimo de vulnerabilidade e violência. Isto ocorre apesar da legislação garantir direitos sociais, de cidadania e dignidade para esses cidadãos, mas na realidade pouco tem sido feito.

O Decreto lei 7.053 de 2009 institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua foi uma enorme reconhecimento e concretização dos direitos individuais e sociais da população em situação de rua e consistiu em uma conquista principalmente dos movimentos sociais em defesa da população em situação de rua.

Art. 5º São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:

I - respeito à dignidade da pessoa humana;

II - direito à convivência familiar e comunitária;

III - valorização e respeito à vida e à cidadania;

IV - atendimento humanizado e universalizado; e

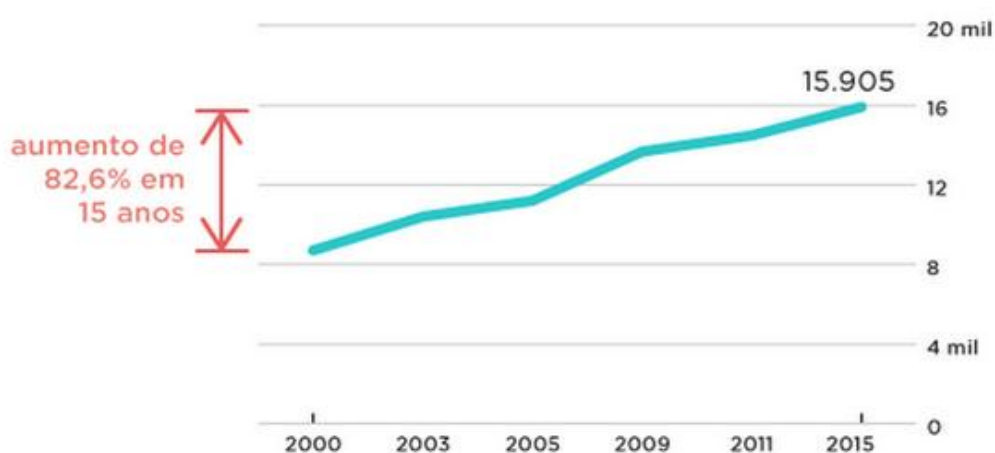
V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Segundo o último censo da população em situação de rua da cidade de São Paulo, realizado entre 2014 e 2015, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da USP, a capital paulista tem 15.905 pessoas vivendo em situação de rua. Esse universo

representa 0,1% do total da população da capital paulista, atualmente de 11.581.798 pessoas, segundo a Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), Nos últimos 15 anos, o número de moradores em situação de rua aumentou 82,6%. O estudo constatou que a taxa anual de crescimento dessa população é 2,56%.

CENSO	RUA	ACOLHIDOS	TOTAL
2000	5.013	3.693	8.706
2009	6.587	7.079	13.666
2010	6.765	7713	14.478
2015	7.335	8.571	15.905

POPULAÇÃO DE RUA EM SÃO PAULO



Fontes: Censo da população de rua de SP (2015) e Fundação Seade

Entre as 15 mil pessoas que vivem nas ruas ou buscam abrigo, a maioria é homem e tem entre 31 e 49 anos. Há 505 crianças e adolescentes.

A pesquisa aponta o aumento entre os que se declaram não brancos (pretos, pardos, amarelos e indígenas) na região central da capital. Esse grupo passou de 64% em 2010 para 71,5% em 2015. A maioria declara saber ler e escrever. A taxa de analfabetismo verificada em 2015 (10%) é inferior ao registro do Censo de 2010 (16%). Mas entre os idosos, 20% afirmam não saber ler ou escrever. Em 2015, foi maior também o percentual de quem declarou ter concluído o ensino médio, 15% contra 9% em 2010.

A região da subprefeitura da Sé é onde vive a maior parte da população de rua, realidade que se mantém nos últimos cinco anos. Nesta área estão os distritos de Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, República, Santa Cecília e Sé. A preferência, segundo a prefeitura, se explica porque esses são considerados locais mais seguros pelos moradores.

São multifatoriais as causas que motivaram esse grupo heterogêneo de pessoas a ocupar esses espaços urbanos, como ausência de moradia, a inexistência de trabalho e renda, o abandono familiar ou até falta da família, a precariedade da situação econômica, a migração, o desajuste social, desastres naturais, problemas mentais e, em sua maioria, a dependência química.

Outro aspecto a ser abordado é a vulnerabilidade social que a negligência do poder público, juntamente com a falta de políticas públicas, agrava a situação destes cidadãos. Eles sofrem com a marginalização e a exclusão de uma participação social efetiva. Desse modo, pode-se dizer que a população de situação de rua tem um histórico de perda de emprego e baixa qualificação profissional, utilizando a rua como espaço de sobrevivência e moradia.

A Constituição assegura o direito a uma sociedade justa e solidária, porém esses cidadãos vivem marginalizados e invisíveis aos olhos do poder público e de parte da sociedade, encontrando nas Organizações não Governamentais (ONGs), auxílio das mais diferentes formas. Na maioria das vezes, estas organizações são formadas por indivíduos voluntários, sensíveis à situação, que levam um pouco de dignidade a esses seres que habitam as vias públicas das cidades.

[...] invisíveis socialmente diante da maior parte da população, estigmatizados até por aqueles que possuem no discurso a intenção de resgatar a dignidade e o direito a cidadania ou de criarem a possibilidade de reinseri-los na Sociedade. (OLIVEIRA, 2008, P.11)

A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e equipe analisarão as demandas e realidade da população em situação de rua e os fatores que contribuíram para esses cidadãos optarem por viverem nas ruas de São Paulo, propondo ações e programas assistenciais voltados para esses cidadãos, de maneira a minimizar o problema e reinseri-los na sociedade.

O problema está na obtenção de dados atualizados sobre estes moradores. Portanto, serão utilizados materiais de pesquisa formal e entrevistas realizadas diretamente com alguns desses cidadãos, para buscar trazer uma realidade concreta em nosso projeto.

Os riscos que envolvem essa problemática do aumento da população em situação de rua em São Paulo são inúmeros. De fato, esse é um fenômeno social que merece atenção não só dos governantes, mas de toda a sociedade pois esses cidadãos foram abandonados à própria sorte. Assim, eles sofrem não só pela vulnerabilidade social, mas também pela violência que em muitos casos vem do preconceito, da repressão policial, e que pode ser tripla: física, psicológica e institucional, o que leva essa população à exclusão social e à perda de seus direitos como cidadão.

As leis e programas existentes não possuem o alcance necessário, a Prefeitura vem fazendo ações, mas que mesmo assim são insuficientes para esses cidadãos sem alternativa, que ocupam espaços públicos vivendo em condição de extrema pobreza, de forma desumana. Tal situação causa insatisfação por uma parte da população e governantes e, apesar de alguns enfrentarem o problema, outros infelizmente optam pela solução fácil da transferência geográfica destes moradores de rua, jogando o problema para outras localidades e expondo-os aos mais diversos problemas sociais, gerados pela falta de recursos e assistência social. Se o desamparo é um estado característico do viver citadino contemporâneo e se revela na falta de garantias quanto ao futuro (MENEZES, 2006).

Sem motivação, a maior parte desses moradores prefere permanecer nas ruas, a se dirigir para os poucos centros de acolhida que existem na cidade. Isto ocorre tanto pelo

excesso de burocracia dessas entidades, como por uma série de proibições como a falta de permissão para ficarem com seus pertences, a separação dos casais, ou os horários inflexíveis. De fato, é urgente a necessidade de implementação de uma política de Locação Social, de programas e ações de inclusão produtiva.

Apesar da mendicância praticada por alguns moradores em situação de rua a maior parte é trabalhadora, mas sua renda é excessivamente baixa, o que não permite saírem desta situação. O que falta é um olhar diferenciado voltado a estes cidadãos e tratar o problema com o respeito devido que ele merece. Afinal, independentemente do motivo que fez eles encontrarem abrigo nas ruas, estas pessoas são vítimas da vida e da precariedade dos órgãos do Estado em atendê-las.

Diversos estudos e os próprios depoimentos de pessoas em situação de rua apontam que há uma apropriação das representações sociais a elas atribuídas e através delas dão sentido as suas identidades e as condições sociais as que estão submetidas. (MATOS;FERREIRA,2004, p.52)

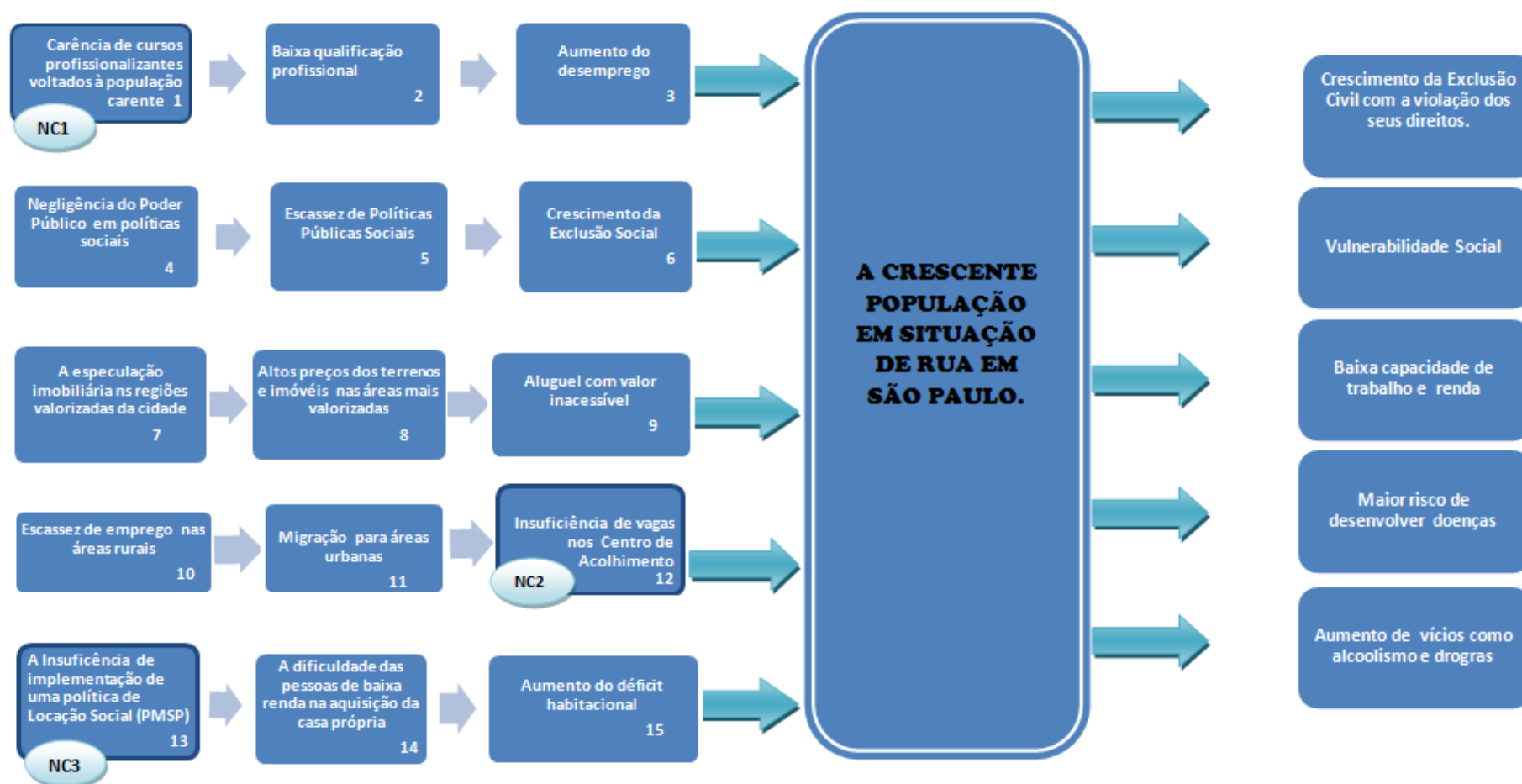
Alguns dos principais riscos:

- Aumento da mendicância;
- Aumento da criminalidade;
- Carência de programas de Política de Locação;
- Cultura de segregação e violência;
- Drogadição nas ruas;
- Exclusão Social;
- Insatisfação Popular;
- Risco de mortalidade precoce;
- Perda de direitos civis;
- Vulnerabilidade Social

Fluxograma Explicativo

MUNICÍPIO: São Paulo

ATOR: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social



2. Comentários analítico-conceituais sobre nós explicativos

NC1 - A carência de cursos profissionalizantes

O crescimento da população de rua na cidade de São Paulo está relacionado à busca de oportunidades de trabalho, à globalização e ao desenvolvimento tecnológico. Todos estes fatores contribuíram para o aumento do desemprego e, a ausência de renda e trabalho, levou a esses homens e mulheres a elegerem espaço público como local de moradia, vivendo à margem da sociedade, sem perspectivas, em um estado de vulnerabilidade social e exclusão dos seus direitos de cidadãos.

É preciso uma gestão compromissada em manter serviços e programas para atender a demanda desses moradores em situação de rua, com políticas públicas sociais que garantam padrões básicos de dignidade e uma realidade de não-violência. Além disso, que seja capaz de reverter à injustiça praticada com essa população e que devolva o bem-estar e a garantia dos direitos perdidos. Uma forma de fazer isto é dar oportunidade a esses moradores de reinserção no mercado de trabalho.

A marginalização dos moradores em situação de rua é algo que está vinculado a uma pequena parcela desses moradores que praticam a mendicância. Contudo, esta população, em sua maioria, exerce atividades remuneradas, mas devido ao baixo nível de escolaridade e qualificação profissional, sua renda é mínima e incapaz de tirar esses homens e mulheres dessa condição de risco social.

“todo ser humano tem direito ao mínimo possível, que é a dignidade, ter o trabalho. Nós em situação de rua não queremos ficar mendigando por um direito que é do povo, um direito de cidadão brasileiro. Porque todos estão à procura de algo; de uma oportunidade para resgatar a sua própria cidadania, sua dignidade como ser humano...”

(O Lutador, 2005 p. 89)

A carência de cursos profissionalizantes gratuitos dificulta a qualificação desses homens e mulheres, por isso a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social propõe ações educacionais, abrindo cursos profissionalizantes, buscando parceria com setores privados e com o setor público para a criação de vagas e, com isso, a inserção desses alunos ao mercado de trabalho. O programa ainda orienta esses contratantes na necessidade de

diminuir a burocracia na hora da efetivação da contratação, pois dois documentos exigidos no processo determinam a exclusão social desses indivíduos: o atestado de antecedentes criminais e a comprovação de endereço.

Essas pessoas que sobrevivem nas ruas tiveram a violação dos seus direitos mais básicos e buscam o resgate da sua cidadania. Elas são o reflexo da profunda desigualdade social brasileira e, por condições contrárias à sua vontade, seja por ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas ou institucionais fizeram das ruas seu local de moradia.

A carência de cursos profissionalizantes voltados para esse perfil é apontado como um nó crítico tendo em vista que, é uma das ações que a Secretaria propõe executar de forma a qualificar essas pessoas em situação de rua e garantir um aumento da sua renda, reinserindo-as no mercado de trabalho, sendo um serviço fundamental para que indivíduo atendido supere a vivência nas ruas, projetando nova perspectiva de vida.

Caracteriza-se, portanto, como Nó Crítico, tendo em vista que atende às três características apontadas por Costa (2013; p.16):

- a) Devem ser centros práticos de ação, isto é, o ator que declara o problema pode atuar prática, efetiva e diretamente sobre eles sem precisar atuar sobre suas causas;
- b) Se resolvidos ou “desatados” terão alto impacto sobre o problema declarado;
- c) Devem ser centros oportunos de ação política, ou seja, seu ataque é politicamente viável durante o período definido pelo ator coo relevante e a ação possui uma relação de custo-benefício favorável.

O ator que declara o problema possui governabilidade para solucioná-lo, pois o autor aderiu à Política Nacional para a População em Situação em Rua, programa do governo federal criado por meio do Decreto 7.053, de dezembro de 2009, e que prevê a execução de projetos intersetoriais voltados para a população em situação de rua, ainda o Projeto de Lei 2.470/07, o qual altera a Lei 8.666/93, que inclui a contratação de trabalhadores em situação de rua nos contratos de administração pública e o aumento de cursos profissionalizantes é uma ação que não se desdobra em problemas.

NC2 As insuficiências de vagas nos Centros de Acolhimento

Com o crescente aumento da população em situação de rua na cidade, agravou ainda mais a falta de vagas nos Centros de Acolhimento. Além da falta de vagas, as péssimas condições de trabalho colaboram para a qualidade do serviço oferecido e as entidades conveniadas reclamam dos valores repassados para manutenção dos equipamentos destinados à essa população.

Essas pessoas são vítimas da exclusão dos processos sociais, políticos e econômicos, sobrevivem a condições precárias e muitos preferem as ruas à superlotação dos Centros de Acolhimento. Apesar das Políticas Públicas atuais estabelecerem diretrizes e rumos que possibilitem a (re)integração, muitos governantes são adeptos da higienização social e implantam obras "anti-mendigo", como rampas para impedir a permanência dos moradores, bancos com divisórias de ferro, ou transferindo para outros municípios esses moradores.

“Veem em nós apenas objetos, uma espécie de coisa que está ali e que pode ser removida a qualquer momento para um lado e para outro... por vezes somos alvo de projetos, tratados como se fôssemos uma ponte ou uma obra qualquer que precisa de licitação, aprovação, entre outras burocracias.” (SILVA, 2009, p. 136)

A superlotação desses Centros de Acolhimento é um dos fatores que torna esses locais um depósito de pessoas e muitos moradores resistem a irem aos centros de acolhidas exatamente pelas condições e tratamento oferecidos, pela não garantia de segurança dos seus objetos pessoais e pela inflexibilidade de horários. Segundo o Censo de 2016: estão em funcionamento na cidade 79 centros de acolhida. Muitos dos que não procuram esses lugares dizem preferir as ruas pela liberdade de horário e ausência de regras, além de registros de queixas de tratamento ruim e dificuldades de relacionamento com os demais frequentadores ou usuários.

Esses centros de acolhida são locais de passagem, oferecem abrigos de curta duração, assim as pessoas que recorrem a esses locais os consideram como impessoais, pelo fato de que não respeitam a individualidade e sua autonomia. Nesses lugares, eles separam casais (hetero ou homossexuais), os internos precisam deixar seus objetos pessoais, submeter-se ao banho vigiado e permanecer em silêncio.

Muitos moradores em situação de rua se recusam a ir para esses Centros de Acolhimento. Para a maioria deles, o problema está nos horários de funcionamento desses espaços, os horários de entrada e saída, que costumam ser às 16h e às 6h ou 7h, respectivamente, o que dificulta o acesso ou uso do serviço. Contudo, mesmo com as restrições de horários esses centros estão sempre lotados.

A ação proposta é pensada sobre a perspectiva do morador de rua, um novo modelo de acolhimento, com flexibilidade de horários, o que facilita na procura por trabalho, a posse de seus objetos no período de permanência no centro e a possibilidade de casais dormirem juntos. Esse novo modelo é mais humano, colaborando com a socialização desses indivíduos, e ainda nesses Centros de Acolhimentos seriam oferecidos serviços médicos.

As insuficiências de vagas nos Centros de Acolhimento é um nó crítico e o aumento dessas vagas nas regiões com a maior prioridade resultará na diminuição de pessoas dormindo nas ruas, o projeto vai oferecer atendimento às pessoas que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório.

Nesse caso o ator que declara o problema possui governabilidade, por se tratar de execução de projetos intersetoriais e atendimento socioassistencial voltado à população em situação de rua, sendo respaldado pelas leis citadas que prevê para esses moradores o padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário observando o limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos. (Art. 5º da Lei nº 7.053/2009),

NC3 Ausência de implementação de uma política de locação social

A ausência de implementação de uma política de locação social, é um desafio, mas é preciso uma agenda mínima de ações para começar a mudar essa realidade, é preciso a implementação de políticas públicas que criem alternativas de moradia para a população em situação de rua, sendo necessária a união de esforços municipais, estaduais e federais.

A verdade é que, historicamente, o Poder Público vem negligenciando Políticas Públicas voltadas para a população de rua. Essas pessoas vivem à margem das prioridades,

seja por falta de sensibilidade, ou mesmo por ser uma parcela pequena de eleitores. Nessa diversidade de pessoas encontramos migrantes, imigrantes, desempregados, egressos dos sistemas penitenciários e psiquiátricos, entre outros.

A maioria dessa população não recebe qualquer benefício de órgãos governamentais, são cidadãos que perderam seus direitos, mesmo previstos na Constituição, e estão a mercê de sua própria sorte. Assim, é necessário implementar políticas públicas de locação social articuladas, como já foi citado, para pôr fim à era do aluguel abusivo, para que seja uma política do Estado e não de instituições bancárias.

De fato, entender as relações entre o direito e o acesso a esse direito, analisando as desigualdades e a exclusão que são enfrentadas por essa população, no sistema capitalista, é fundamental. É preciso ressaltar a diferença social ou condicional a que o indivíduo pode chegar quando lhe é negado, arrancando-lhe a dignidade, frente a uma sociedade acostumada à dominação política econômica.

A origem da concepção da moradia é burguesa em nossa sociedade. Quando se criou o programa Banco Nacional de Habitação – BNH, em 1964, em pleno regime militar, surge a ideia de que todo mundo precisava ter uma casa e não, necessariamente, uma moradia. A política estaria propriamente aplicada à ideia de bem de capital e não como uma política pública, já que não era acessível a todos. Se já naquela época tivéssemos trabalhado a ideia da locação social, hoje o quadro seria outro.

Relatório produzido em 2015 pela Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas considera que a falta de moradia adequada constitui grave violação dos direitos humanos, já que interfere na garantia de outros fundamentais para a manutenção de uma vida digna, como segurança e saúde; o documento também relaciona o crescimento da população em situação de rua, em todo o mundo, ao aumento das desigualdades.

As ações propostas são de desenvolvimento e implementação de uma política de locação social, uma alternativa capaz de transformar a realidade das pessoas que se encontram em situação de rua. Porém, para ser eficaz, deve ser vinculada a outros programas de acesso à moradia, compondo uma política habitacional de interesse social para as áreas centrais e seus arredores.

NÓS EXPLICATIVOS

NE2 Baixa qualificação profissional

Qualificação profissional é a preparação do cidadão através de uma formação profissional, para que ele possa aprimorar suas habilidades para executar funções específicas demandadas pelo mercado de trabalho. Na era da globalização, esse mercado está mais exigente e a qualificação é fator determinante para o futuro dos que almejam uma colocação profissional.

A falta de um viés mais profissionalizante e a má qualidade da educação básica do país dificulta ainda mais a situação da população em situação de risco, que é obrigada a trabalhar na informalidade muito cedo, impossibilitando vínculo e acesso ao mercado de trabalho, condição básica para a sobrevivência de forma digna.

A sociedade exige dos indivíduos a integração pelo trabalho como uma condição moral, porém essa população não atende às expectativas do mercado, aumentando a competitividade da informalidade, diminuindo sua autonomia e dificultando sua sobrevivência. Assim, preparar essa população para inserir-se nesta sociedade se faz necessário com educação e formação profissional de qualidade, políticas públicas adequadas, que priorizem o desenvolvimento da consciência de classes, sem injustiças sociais, sem exclusão desta parte significativa da população, dando-lhes acesso às condições mínimas de dignidade e cidadania, para assim pensarmos em um país mais digno, sem tanta exclusão e injustiças.

NE3 Aumento do Desemprego

Moradores em situação de rua são vítimas do desemprego e, com a perda da renda, são atingidos pela desigualdade. Desempregados, sem condições de manter sua habitação e meios de sobrevivência, elegem os logradouros públicos e locais abandonados como espaços de moradia e sustento, seja por contingência temporária ou de forma permanente.

Em situação de extrema vulnerabilidade social, desempregados e nas ruas, enfrentam dificuldades para encontrar um emprego, recorrendo à informalidade. Desta forma, são

obrigados a exercer atividades precárias, remuneradas, de origens diversas, para assim manterem a sua sobrevivência, a problemática ainda é agravada pela falta de documentação e endereço fixo.

Cerca de 70% dos moradores em situação de rua, realizam atividades que visam à garantia da obtenção de renda, diferente do estigma de pedinte que a sociedade atribui a eles. Na verdade, os que pedem são a minoria. Como mostra o censo (2016), 73,8% declarou fazer "bicos" para conseguir a própria renda. Apenas 4,8% disseram estar empregados. Entre os 20,7% que não trabalham, a maioria contou que pede dinheiro para sobreviver. Já entre os que vivem em centros de acolhimento, é maior o grupo que declara ter emprego fixo, com ou sem registro formal (17,9%). "Esse conjunto de trabalhadores constitui um subgrupo da população de acolhidos, para os quais é possível pensar programas diferenciados, particularmente de provisão de serviços de habitação" diz o relatório da pesquisa.

Assim, se faz necessária a criação de projetos ambiciosos de inclusão social, programas que auxiliem esses moradores a serem reinseridos na vida em sociedade e, conseqüentemente, no mercado de trabalho. É preciso repensar os centros de acolhimentos, a rigidez dos horários, que dificultam a carga horária do trabalho formal, viabilizando auxílios diferenciados para desempregados e dependentes químicos, além de programas abrangentes de educação profissional, sobretudo voltados para esses segmentos mais vulneráveis.

NE4 Negligência do Poder Público em Políticas Sociais

O desinteresse do Estado pelos moradores que se encontram em situação de rua influencia diretamente no comportamento da sociedade. Esses indivíduos se tornaram invisíveis, sofrem preconceitos, vivendo em situação desumana. Para parte da sociedade e para o poder público, eles são um estorvo, sendo expostos aos mais diferentes perigos e situações de pura negligência.

Infelizmente o que observamos nas políticas públicas são ações de assistencialismo, paliativas, que apenas minimizam o sofrimento e não mudam em nada a realidade dessas pessoas, que são verdadeiros sujeitos de direitos e devem ser tratados com justiça e dignidade. Quando o Estado deixa de cuidar desta população, agindo com irresponsabilidade ao assumir

um compromisso social, caracteriza-se negligência e deve ser tratada com seriedade e respeito por todos os órgãos públicos.

Assim, se faz necessário uma mobilização por parte da sociedade, pois mesmo sendo um problema de falta de políticas públicas adequadas, a sociedade civil necessita também assumir o compromisso de tratar a população em situação de risco social com dignidade. É inaceitável esse desprezo que gera traumas. É preciso existir uma força tarefa entre os governos federal, estadual e municipal, com ações adequadas, para que todos possam usufruir com segurança, tranquilidade e dignidade a vida em sociedade.

NE5 A escassez de Políticas Públicas

A escassez de políticas públicas eficientes, ou o não gerenciamento das já existentes, constitui negligência do poder público, gerando inúmeras consequências. Nesse sentido, essas políticas estão diretamente ligadas ao conjunto de ações realizadas pelo Estado com seus próprios recursos. Assim, quando elas não funcionam a contento, entram em cena as Organizações Não Governamentais (ONGs) e Instituições Religiosas, que se destacam com ações que visam minimizar o problema.

No Brasil, as políticas públicas acabam sendo simples ações destinadas à resolução de problemas políticos e não, de fato, para atendimento à população de rua ou população em situação de risco social. Existem políticas públicas e leis municipais com diretrizes para o atendimento a essa população, mas são meramente assistencialistas, não erradicando o problema. É necessário que os programas sejam levados com a seriedade devida, o que tem sido feito é insuficiente, pois muitos direitos para essas pessoas são garantidos por lei, mas de fato não estão sendo praticados.

Assim, ações e decisões do governo direcionadas em articular serviços, programas e projetos voltados à estruturação de mecanismos de emancipação para a inclusão social dessas pessoas se faz necessário, considerando a heterogeneidade desse grupo, para então criar políticas públicas que alcancem o objetivo de resgatar a cidadania desses indivíduos.

NE6 O Crescimento da Exclusão Social

O crescimento dos moradores em situação de rua é um dos reflexos da exclusão social, o problema aumenta progressivamente, atingindo pessoas que não se enquadram no atual modelo econômico. Essa quebra de vínculo profissional resulta em uma crise financeira e diante da impossibilidade do pagamento do aluguel, as pessoas acabam perdendo tudo, inclusive sua cidadania.

Este problema social está vinculado à falta de políticas eficazes, às falhas na reabilitação e reintegração, na dificuldade em garantir direitos básicos de igualdade, de ampla participação e garantia de direitos àqueles que não só perderam a esperança, mas muitas vezes seus documentos pessoais e sua dignidade.

Esses moradores vivem em condições sub-humanas, socialmente excluídos, impedidos de participar plenamente da vida econômica, social e civil do país, afastados do convívio familiar e da comunidade, de usufruir uma vida aceitável pela sociedade em que vive, são estigmatizados e sofrem preconceitos. À mercê do Estado e indiferentes à sociedade civil, vivem marginalizadas, abandonados à própria sorte, em condições precárias, cercados por doentes, usuários de drogas, alcoólatras ou apenas pessoas em situações passageiras de extrema pobreza e desamparo, marcados por terem seus direitos de cidadãos usurpados, pois o Estado não proporcionou políticas públicas de caráter social de qualidade para todos.

NE7 A especulação imobiliária nas regiões valorizadas da cidade

Um dos problemas que enfrentamos na questão de moradia na cidade de São Paulo é a especulação imobiliária, um fenômeno que dificulta a aquisição de imóveis em regiões valorizadas da cidade por conta dos altos preços. Inúmeras são as explicações para esse fato, podemos citar a valorização dos imóveis na cidade de São Paulo, o crescimento da economia brasileira, o aumento da renda da população, a expansão do crédito bancário e um movimento de recuperação dos preços após anos de estagnação.

A ocupação e o desenvolvimento desordenados da cidade acarretaram a escassez de terrenos e, segundo o setor imobiliário, essa situação gerou uma super-valorização dos preços. Devido à demanda, os proprietários se aproveitam da situação para venderem esses terrenos. Assim, no momento em que o investidor compra um terreno, ele aposta no valor futuro deste

bem e, sem qualquer tipo de ação sobre o recurso, com risco de estar errado, é uma ação que tem como característica a distribuição coletiva dos custos de melhoria das localizações, como acesso à infraestrutura, qualidade social, ambiental e visual do entorno, que podem levar a uma ótima disponibilidade de empregos, serviços e opções de entretenimento, ao mesmo tempo em que há uma apropriação privada dos lucros provenientes dessas melhorias.

NE8 Altos preços dos terrenos e imóveis nas áreas mais valorizadas.

Em São Paulo os valores dos imóveis são extremamente altos. Os valores de venda dos imóveis na cidade de São Paulo aumentaram 103% entre 1975 e 2015, o equivalente a uma valorização média anual modesta de 1,8% ao longo dos últimos 40 anos, descontando inflação do período medida pelo IPCA.

Entre 1975 e 1977, houve uma valorização de 32% no preço dos apartamentos e casas na cidade e, na sequência, houve uma desvalorização de 38% entre 1978 e 1984. De 1985 a 1989, a cidade viveu mais um período de bonança, houve alta de 63%. Contudo, este ganho, foi devorado e, entre 1989 e 1990, houve uma redução de 62%. De 1991 a 2004, houve recuo de 18%. De 2005 a 2014, ocorreu o *boom* imobiliário e a valorização acumulada foi de 192%, praticamente triplicando os preços.

A escassez de terrenos na cidade gerou uma super-valorização dos preços, pois os proprietários passaram a pedir altos preços pelos terrenos, por exemplo, em regiões como a av. Faria Lima, onde praticamente não há terrenos à venda. Estes percentuais podem alcançar 50% ou mesmo 60% do valor total da obra e, a alta do custo, acaba sendo repassada ao consumidor.

NE9 Aluguel com valor inacessível para a população carente

A desigualdade social no Brasil, que afeta grande parte da população, é decorrente, principalmente, da má distribuição de renda. Ela traz como consequências favelização, miséria, desemprego, desnutrição, marginalização, violência e é ocasionada pela falta de acesso à educação de qualidade, política fiscal injusta, baixos salários, dificuldade de acesso

aos serviços básicos de saúde, transporte público, saneamento básico, além de acesso aos bens culturais.

A especulação imobiliária traz como consequência a inacessibilidade ao aluguel, isso é um dos fatores que motiva as pessoas a procurarem as periferias da cidade para morar e na impossibilidade de viverem nesses lugares, elegem como moradias logradouros públicos e locais abandonados. Assim, não existe igualdade para o morador em situação de risco no que se refere à lei, pois inexistente a sua participação política e, desprovido de direitos sociais, essa população têm sido alvo de repressão e segregação no convívio social. Além disso, eles são vistos com desconforto pela sociedade.

Eles tiveram seus direitos violados, sofrem cotidianamente preconceitos e violências, aspectos que estão enraizados culturalmente na realidade do país, se defrontaram com adversidades que os leva a condição de extrema vulnerabilidade social, passando a utilizar as ruas, albergues, como única alternativa de moradia e de sobrevivência e, muitas vezes, escolhem a marginalidade para sobreviver diante de uma realidade dura e cruel.

NE10 Escassez de emprego nas áreas rurais

Nos últimos anos, o Brasil avançou na área social, mas a escassez de emprego ainda é um sério problema que assola a população, principalmente nas áreas rurais onde trabalhadores estão sendo substituídos por máquinas. O desenvolvimento tecnológico, a recessão do mercado de trabalho, a falta de investimento em educação básica de qualidade, atrelada a um ensino técnico mais voltado para o mercado de trabalho ocasiona descontentamento e falta de expectativa em relação ao futuro, ocasionando a procura por empregos informais, o que não é positivo para a economia do país nem gera a garantia de direitos trabalhistas.

Em se tratando da população em situação de risco social, o problema torna-se mais sério, pois sem acesso à educação básica de qualidade, muito menos qualificação profissional, vivem marginalizados em uma sociedade excludente. Tal sociedade faz uso da baixa cultura desta população, explorando-os, levando-os cada vez mais a subempregos, com salários miseráveis, engrandecendo ainda mais a vulnerabilidade de uma população em situação de extrema pobreza, que fica à mercê de uma minoria que detém recursos, o que causa cada vez mais desigualdades.

Políticas públicas condizentes com as reais necessidades emergentes desta população se fazem necessário, com criação de programas específicos, um plano nacional de qualificação profissional de qualidade, que vise às reais necessidades do mercado de trabalho, além de parcerias e convênios com empresas que acolham esses profissionais, aprimorando-os para o mercado. Tudo isso pode amenizar o sofrimento desta população, proporcionando-lhes melhor qualidade de vida e perspectiva de um futuro melhor.

NE11 Migração para as áreas urbanas

Migração é o deslocamento de um indivíduo dentro de um espaço geográfico em busca de melhores condições de vida. Em nosso país, muitas pessoas saem do interior do estado, iludidas pela possibilidade de trabalho nas grandes capitais, sem que tenham uma profissão, ou qualificação profissional. Elas chegam esperançosas, na expectativa de colocação profissional e, quando não encontram, se deparam com uma realidade de grande sofrimento, indo residir nas periferias ou nas ruas, na tentativa de sobreviver.

A vinda de imigrantes de outros países também aumentou. Pessoas vindas da América Latina para o Brasil, sem condições financeiras de exercer sua cidadania aqui, contribuem para o aumento da pobreza instalada nas capitais. Assim, é muito comum indivíduos migrarem de suas cidades de origem para grandes centros urbanos, onde há maior circulação de capital, gerando um número maior de emprego (mesmo que seja oferecido de forma precária) e criando-lhes expectativas de mudarem sua situação econômica, através das oportunidades que possam ser oferecidas. Porém, muitos se deparam com uma realidade contrária ao que imaginavam, pois as formas de geração de emprego e renda são insuficientes para atender às suas necessidades, fazendo com que entrem para o fenômeno da população em situação de rua ou risco.

NE14 A dificuldade das pessoas de baixa renda na aquisição da casa própria

A dificuldade das pessoas de baixa renda na aquisição da casa própria, é um sério problema vivenciado pela população em situação de vulnerabilidade social, que é impedida de ter acesso a lugares com condições mínimas para serem utilizadas como habitação e vivem em

moradias inadequadas, como favelas ou barracos, sem nenhuma condição de higiene ou até esgoto.

A reprodução das desigualdades sociais e de renda em nossa sociedade faz com que essa população encontre em favelas e invasões irregulares suas moradias, pois sem condições de pagar aluguel ou financiar a casa própria, constroem com suas próprias mãos essas residências precárias, em áreas de risco como margens de rios e morros, ficando à mercê de catástrofes e inundações, ou quando não conseguem isso, sobrevivem nas ruas, de forma subhumana, precarizando ainda mais suas condições de moradia e dignidade social.

Quanto maior a desigualdade social, maior será o problema de moradia da população em situação de rua ou risco. Desta forma, as políticas públicas devem implementar maiores e melhores programas residenciais, buscando uma melhor distribuição de renda, almejando diminuir essas desigualdades sociais e, assim, proporcionar melhores condições de moradia a essa população tão desprezada pela sociedade e extremamente sofrida.

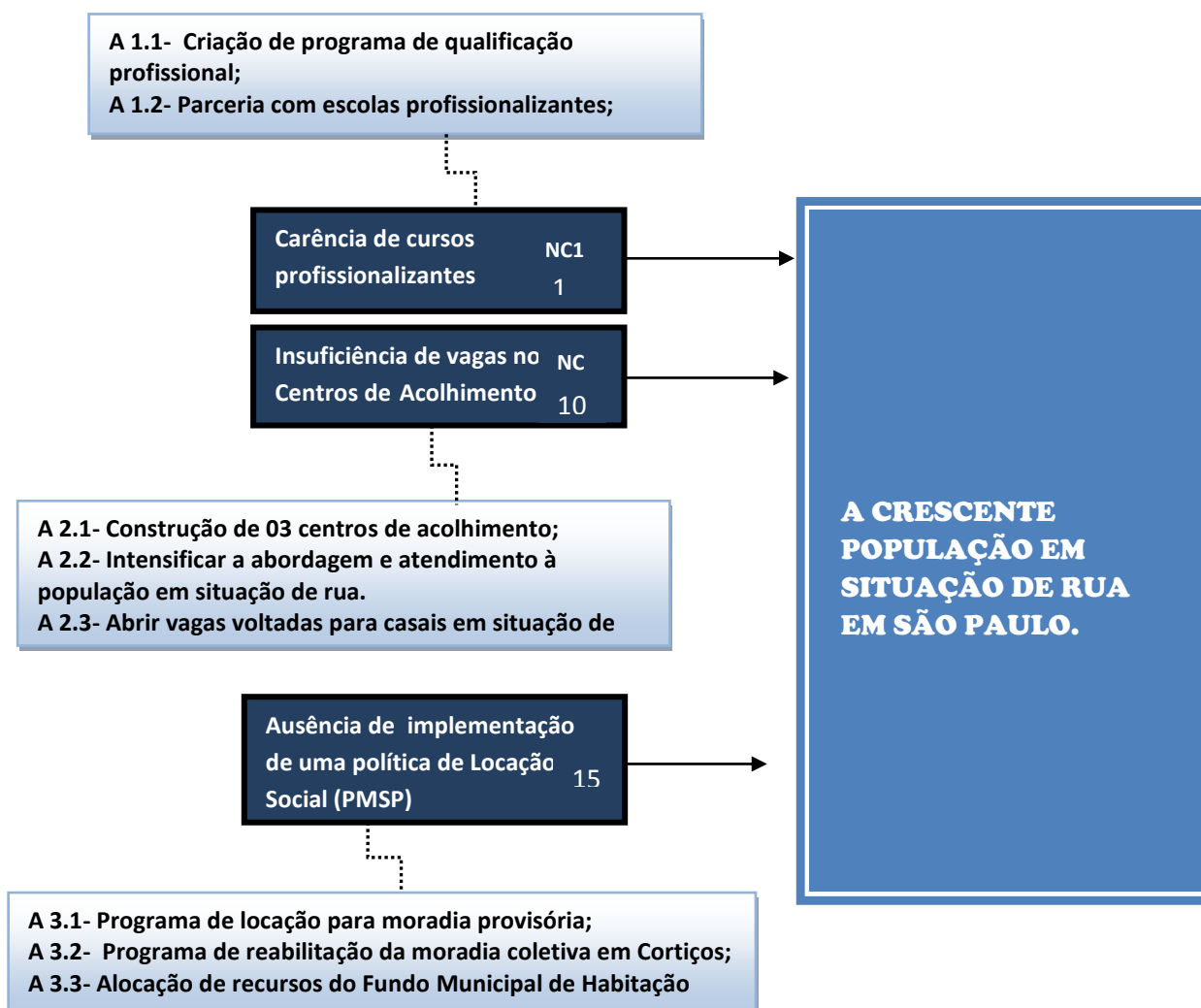
NE15 Aumento do déficit habitacional

A população em situação de risco social é composta, em sua maioria, por cidadãos sem moradia adequada, que são construídas por materiais não duráveis, e que se encontram cada vez mais em situação de extrema pobreza, aglomerando-se em assentamentos irregulares, com loteamentos clandestinos ou favelas e cortiços. Isto, sem contar, as ocupações em espaços públicos ou invasões.

Somam-se a esse déficit habitacional a violência urbana, a poluição e a deficiência dos serviços urbanos, o que só vem aumentar consideravelmente a baixa qualidade de vida dessa população que, não possuindo renda para pagar aluguel ou comprar uma casa, ocupa cada vez mais esses espaços considerados inadequados à moradia, pois não possuem as mínimas condições de higiene e saneamento básico.

As políticas públicas implementadas a esta população ainda têm sido tímidas, não abrangendo sua grande maioria, permitindo assim que permaneçam em situações de risco e completa vulnerabilidade social, assim buscando a sobrevivência de forma precária, e comprometendo o desenvolvimento futuro de toda a população brasileira.

3. Árvore do problema



3.1. PAINEL 1 - Árvore de problemas

Nó Crítico	Ações	Resultado das ações
<p>NC 1 – Carência de cursos profissionalizantes</p>	<p>A 1.1- Criação de programa de qualificação profissional; A 1.2- Parceria com escolas profissionalizantes; A 1.3- Programa de inserção ao mercado de trabalho;</p>	<p>Programa Emprego e Dignidade em ação implantado; Parceria com as ETCs do Município; Encaminhamento para o Emprega SP; Aumento da Qualificação Profissional; Inserção desses moradores do no mercado de trabalho; Aumento da renda;</p>
<p>NC 2 – Insuficiência de vagas nos Centro de Acolhimento</p>	<p>A 2.1- Construção de 03 centros de acolhimento; A 2.2- Intensificar a abordagem e atendimento à população em situação de rua. A 2.3- Abrir vagas voltadas para casais em situação de rua;</p>	<p>A licitação para a construção de 03 Centros de acolhimento já foi concluída; Capacitação e melhoria no atendimento aos moradores; Criação de Vagas para casais nos centros de Acolhimentos. Satisfação dos casais atendidos;</p>
<p>NC 3 – Ausência de implementação de uma política de Locação Social (PMSP)</p>	<p>A 3.1- Implementar Programa de locação para moradia provisória; A 3.2- Implementar Programa de reabilitação da moradia coletiva em Cortiços; A 3.3- Alocação de recursos do Fundo Municipal de Habitação; (FMH);</p>	<p>Buscar recursos do Estado e União para os programas de locação de moradia provisória; O mapeamento de cortiços para análise e reformas; Recursos destinados para habitação de moradores em situação de rua; Melhoria da qualidade de vida urbana; Melhoria das condições de vida da população encortiçada</p>

4. Plano de Ação

PAINEL 2.1

NC 1 – Carência de Cursos Profissionalizantes

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos (meses)	Responsável
A 1.1- Criação de programa de qualificação profissional;	Elaboração do Programa; Cartilha do Programa; Implantação do Programa Emprego e Dignidade em Ação;	Recursos Gráficos Cartilha/ Faixas Evento Oficial	DI: 01/07/2015 DF: 20/02/2016 DI: 20/02/2016 DF: 01/04/2016 DI: 01/07/2016 DF: 01/09/2016	Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social Departamento do Trabalho
A 1.2- Parceria com escolas profissionalizantes;	Escolha dos Locais; Credenciamento das ETCs; Escolhas dos cursos profissionalizantes;	Contratação de instrutores; Reforma de (02) duas salas na Unidade Mooca; Colocação de Placa/Parceria;	DI: 01/09/2016 DF: 01/12/2016 DI: 01/12/2016 DF: 20/12/2016 DI: 01/10/2016 DF: 20/12/2016	Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social Secretaria de Obras
A 1.3- Programa de inserção ao mercado de trabalho;	Elaboração do Programa; Parceria com empresas privadas; Encaminhamento para o Emprega SP;	Recursos Gráficos Cartilha/ Faixas; Publicação sites e jornais;	DI: 01/06/2016 DF: 01/08/2016 DI: 01/09/2016 DF: 20/12/2016 DI: Após Formatura;	Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

PAINEL 2.2

NC 2 – Insuficiência de vagas nos Centro de Acolhimento

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos (meses)	Responsável
A 2.1- Construção de 03(três) centros de acolhimento;	Elaboração do Projeto; Abertura da Licitação; Implantação da Obra;	Publicação Diário Oficial / Aprovação da Licitação;	DI: 01/07/2015 DF: 15/12/2015 DI: 20/02/2016 DF: 20/04/2016 DI: 01/07/2016 DF: 01/09/2018	Secretaria de Obras e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Secretaria de Comunicação;
A 2.2- Intensificar a abordagem e atendimento à população em situação de rua.	Contratação de 03 equipes; Treinamento de Abordagem; Treinamento em campo;	Convocação de concursados (01/2014) Alimentação (Café da Manhã e Almoço) Transporte (Van -15pessoas)	DI: 01/07/2015 DF: 20/02/2016 DI: 20/02/2016 DF: 01/04/2016 DI: 02/05/2016 DF: 01/09/2016	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Coordenadoria Políticas Públicas para população de rua; Secretaria da Educação;
A 2.3- Abrir vagas voltadas para casais em situação de rua;	Análise de número de casais nas imediações; Adequação dos quartos; Divisão de Vagas (heterossexuais e homossexuais) ;	Pesquisa Orçamento para Reforma; Compra de Cama e Colchões de Casal;	DI: 01/07/2015 DF: 20/02/2016 DI: 20/02/2016 DF: 01/04/2016 DI: 01/07/2016 DF: 01/09/2016	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Coordenadoria de Proteção Social Especial

PAINEL 2.3

NC 3 – Ausência de Implementação de uma Política de Locação Social (PMSP)

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos (meses)	Responsável
A 3.1- Programa de locação para moradia provisória;	Elaboração do Programa Aluguel Social; Cartilha do Programa; Implantação do Programa Aluguel Social;	Recursos Gráficos Cartilha/ Faixas Evento Oficial	DI: 01/07/2015 DF: 20/02/2016 DI: 20/02/2016 DF: 01/04/2016 DI: 01/07/2016 DF: 01/09/2016	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Secretaria de Habitação; Conselho do Fundo Municipal de Habitação;
A 3.2- Programa de reabilitação da moradia coletiva em Cortiços	Elaboração do Programa Reabilita Moradia; Cartilha do Programa; Implantação do Programa Reabilita Moradia;	Identificação dos espaços Realocação e colocação no Programa Aluguel Social Orçamento/ Reforma	DI: 01/07/2015 DF: 20/02/2016 DI: 20/02/2016 DF: 01/04/2016 DI: 01/07/2016 DF: 01/09/2016	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Secretaria de Habitação; Conselho do Fundo Municipal de Habitação;
A 3.3- Alocação de recursos do Fundo Municipal de Habitação (FMH);	Empregar Recursos provenientes de transferências do FMH para moradores de rua; Captar contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais; Cadastrar moradores em situação de rua;	Poder de decisão sobre alocação de recursos Controle de Recursos Financeiros	DI: 01/07/2015 DF: 20/02/2016 DI: 20/02/2016 DF: 01/04/2016 DI: 01/07/2016 DF: 01/09/2016	Secretaria de Habitação; Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Conselho do Fundo Municipal de Habitação;

5. Análise de Atores

PAINEL 3.1

Ação 1.1 – Criação de Programa de Qualificação Profissional

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho	Orçamento para geração de emprego;	Orçamento baixo;	Disponibilizar verbas p/ programas e serviços de intermediação de mão de obra, de qualificação e qualificação profissional;	Deixando de priorizar os moradores em situação de rua;	Parceria na criação e Execução do Programa Implantação do Programa Emprego e Dignidade em ação
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	Orçamento para políticas públicas de desenvolvimento Social;	Executa políticas, serviços e programas de proteção social básica com número reduzido de funcionários;	Implantação do Programa Emprego e Dignidade em ação programa exclusivo para moradores em situação de rua;	Não conseguir recursos do Governo para a implantação do projeto;	Ajudá-lo na análise das necessidades dos moradores em situação de rua;
Departamento do Trabalho	Responsável pela fiscalização de serviços e programas sociais voltados ao trabalhador;	Verba ligada à Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho;	Fiscalizando a implantação do Programa Emprego e Dignidade em ação	Deixar de fiscalizar a implantação;	Dar autonomia para fiscalizar e opinar em possíveis mudanças;

PAINEL 3.2

Ação 1.2 - Parceria com escolas profissionalizantes

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho	Orçamento para geração de emprego;	Orçamento baixo;	Abrindo vagas de cursos profissionalizantes para MSR.	Não fazer parcerias com entidades e empresas privadas na garantia de vagas para MSR.	Auxiliar na procura de empresas que cooperam com programas sociais de recolocação de pessoas ao mercado de trabalho.
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	Orçamento baixo para políticas públicas de desenvolvimento Social;	A dificuldade está em atender a diversidade dos MSR;	Escolha de cursos profissionalizantes para os MSR;	Não convencer MSR a participarem do curso e garantira empregabilidade;	Auxiliar na divulgação do projeto e nas parcerias educacionais;
Secretaria de Obras	Orçamento alto, pressão em terminar construções em atraso;	Só podem trabalhar depois do horário de expediente da escola;	Executar as atividades inerentes às reformas das salas de aulas;	Demora em terminar a reforma;	Convencer o Secretário do tempo da reforma e a necessidade da data, para começar os cursos
Secretaria de Comunicação	Orçamento pequeno destinado a comunicação.	Custos reduzidos para o projeto;	Criar mídias sociais que atinjam o público de MSR.	Criar matéria muito formal, que dificulte o atendimento;	Ajudá-lo na análise do perfil dos moradores em situação de rua.

PAINEL 3.3

Ação 2.1 – Construção de 03(três) unidades de Centros de Acolhimento

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Secretaria de Obras	Orçamento alto	Tempo reduzido para a entrega da obra;	Entregando a construção no prazo definido;	Atraso na entrega dos Centros de Acolhimento;	Acompanhamento das etapas de construção da empresa licitada;
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	Orçamento para o projeto	Dificuldade em contratar profissionais para trabalhar com MSR.	Convencer esses MSR os benefícios e as vantagens para esse grupo da nova proposta dos Centros de Acolhimento;	Abordagem das equipes não serem eficientes no convencimento desses MSR.	Ajudar no curso preparatório desses novos funcionários e acompanhar seu trabalho, para o aperfeiçoamento das abordagens na rua;
Secretaria de Comunicação	Orçamento pequeno destinado à comunicação.	Dificuldade com prazos devido à equipe reduzida;	Criar ações de comunicação para trazer ao conhecimento da população a construção dos centros de acolhimento	Mídia ineficaz;	Ajudá-lo na análise do perfil dos moradores em situação de rua.

PAINEL 3.4

Ação 2.2 – Intensificar a abordagem e atendimento à população em situação de rua

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	Orçamento;	Problema com o transporte das equipes;	Convencer os MSR os benefícios e as vantagens para esse grupo da nova proposta dos Centros de Acolhimento;	Abordagem das equipes não ser eficiente no convencimento dos MSR.	Ajudar no curso preparatório desses novos funcionários e acompanhar seu trabalho, para o aperfeiçoamento das abordagens na rua;
Coordenadoria de Políticas públicas para população em situação de rua	Responsável pela análise das necessidades dos MSR;	Dificuldade em localizar os moradores pela constante mudança de local;	Ações das diversas políticas para assegurar a universalidade dos direitos e a integralidade do atendimento dos MSR	Deixando de fiscalizar se o projeto segue Decreto 7.053/09;	Força tarefa com os novos funcionários, para o recolhimento dos MSR;
Secretaria da Educação;	Servidores públicos / Educadores;	Orçamento não permite a convocação de funcionários;	Convocação de funcionários para os cursos profissionalizantes;	Na demora em convocar funcionários para trabalharem com os MSR;	Preparar o treinamento, informativos sobre leis e direitos dos MSR;

PAINEL 3.5

Ação 3.1 – Programa de locação para moradia provisória

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;	Orçamento;	Não ter demanda atendida;	Elaborar o Programa de locação para moradia provisória;	Não elaborar o Programa de forma a ser aprovado;	Buscar verbas da União;
Secretaria de Habitação;	Orçamento;	Demora nas desapropriações;	Ajudar a Secretaria Municipal e Desenvolvimento Social a implantar o programa;	Deixar de supervisionar o programa;	Executar a implantação do programa;
Conselho do Fundo Municipal de Habitação;	Ligado à pasta da Secretaria de Habitação;	O conselho é consultivo, fiscalizador e deliberativo, não possui orçamento;	Ajudar no cadastramento e execução do programa;	Não dar conta da demanda;	Fiscalizar as fases do programa;

PAINEL 3.6

Ação 3.2 – Implementar Programa de reabilitação da moradia coletiva em Cortiços

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;	Orçamento;	Elaboração do Programa Reabilita Moradia e implantação;	Agilizar no cadastramento dos moradores do local da implantação da obra;	Interferir em partes técnicas da obra;	Ajudar na elaboração e implantação do Programa;
Secretaria de Habitação;	Orçamento;	Execução da reforma e adaptação dos cortiços NÃO É LIMITAÇÃO;	Agilizar as etapas das reformas feitas nos cortiços para habitação popular;	Dificuldade de tirar os moradores desses espaços;	Atuar no convencimento desses moradores;
Conselho do Fundo Municipal de Habitação;	Ligado à pasta da Secretaria de Habitação;	Identificação dos espaços	Sensibilização e realocação dos moradores através do Programa Aluguel Social;	Dificuldade dos moradores em aceitar a mudança de endereço;	Pesquisar e avaliar os espaços para a implantação do programa;

6. Análise de Riscos e Fragilidades

PAINEL 4

Perguntas orientadoras:	Análise da equipe
As ações propostas para equacionar os nós críticos podem gerar efeitos indesejáveis?	Na verdade os efeitos negativos podem existir, na medida em que os programas são pensados exclusivamente na população de rua, o que pode trazer incômodos para o restante da população que, em sua maioria, tem uma visão negativa das condições em que estas pessoas vivem.
Existem aspectos técnicos, jurídicos, políticos nas ações propostas que podem resultar efeitos negativos? Quais?	Sim, quando se executam políticas sociais para população em situação de rua, estas nem sempre repercutem positivamente por esse grupo ter um estigma negativo. Além disso, esse tipo de política é conhecida como assistencialismo que é considerado por alguns como pecado institucional. É preciso sensibilizar governos e sociedade em relação à situação dessas pessoas que são marginalizadas. Em uma das ações propomos o benefício do aluguel social que é uma assistência de caráter temporário, destinado a atender necessidades advindas da remoção de moradores e, nesse caso, é utilizado o programa de reabilitação de moradia. O que se deve levar em consideração é que o programa em questão promove desenvolvimento urbano e melhoria nas condições de vida, a insatisfação com relação ao programa está no valor do

	<p>benefício, que nem sempre corresponde ao preço médio do aluguel na região, por conta da especulação imobiliária. Isto provoca muitas vezes a recusa por parte dos moradores em sair do local onde vivem, mesmo com a garantia de moradia e de melhora na qualidade de vida e de bem-estar.</p>
<p>Qual o principal ponto fraco do projeto? O que pode ser feito para prevenir ou corrigir?</p>	<p>A falta de sensibilidade dos governantes e parte da sociedade levaram essa população em situação de risco à exclusão civil e à vulnerabilidade social. Assim, é necessária a inclusão social com uma ação que combate a exclusão ligada a essa população que encontrou nas ruas sua única alternativa de moradia.</p> <p>O ponto fraco é não conseguir fazer uma política social de forma a ajudar na totalidade, e somente fazer ações assistenciais, para inserir essas pessoas ao mundo capitalista, devolver sua moradia, seu poder de compra e sua dignidade. Para isso é necessário promover uma política de inclusão, usar todas as ferramentas possíveis para sensibilizar governantes e ter o apoio da população em projetos voltados a essa população abandonada à própria sorte.</p>

<p>O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?</p>	<p>Para garantir a implementação das ações propostas é preciso viabilizar verbas, parcerias com empresas privadas, treinamento para as abordagens feitas por servidores públicos, ter espaços de convivência adequados e, principalmente, sensibilizar a população da real necessidade dos moradores em situação de rua, sendo importante ressaltar que a maioria de homens e mulheres que se encontram nas ruas, perdeu seu trabalho e, conseqüentemente, sua renda, antes de perder a moradia e chegar à vida de rua.</p> <p>A maioria desses moradores exercem trabalhos remunerados, só que devido à baixa qualificação profissional, a remuneração não permite sair da situação de risco social. É necessário fazer ações que ofereçam a essa população a oportunidade para mudar de vida por meio de políticas sociais que visem a recuperação, tratamento, profissionalização e reinserção social.</p>
<p>Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?</p>	<p>As verbas disponibilizadas para esses moradores são inexpressivas, em relação ao projeto, mas os recursos disponibilizados irão suprir as ações propostas no projeto, no intuito de minimizar problemas enfrentados por moradores de rua e assegurar a esses moradores acesso às políticas públicas de assistência social, de trabalho, de renda, de moradia.</p>

7. Considerações Finais

A partir das análises realizadas neste Trabalho de Conclusão de Curso, concluímos que o fenômeno da crescente população em situação de rua em São Paulo é recorrente nas grandes metrópoles, mas na cidade de São Paulo, que é o principal centro financeiro, corporativo e mercantil da América do Sul, torna-se mais grave. Nesse sentido, o censo de moradores em situação de rua, Em média 70% dos albergados e das pessoas que moram nas ruas são de outras cidades. A maior parte vem principalmente das regiões Sudeste e Nordeste, que na maioria chega à cidade com expectativas de melhora de vida.

Recentemente esse perfil vem mudando com moradores oriundos de outros países, porém os imigrantes são minoria: 1% entre os que vivem nas ruas e 7% entre os que procuram os centros de acolhimento. Em 2015, aumentou o número de refugiados na capital paulista, vindo de países que estão enfrentando dificuldades econômicas e conflitos de natureza política, étnica e religiosa, como a África e na Síria.

Os fatores que fizeram com que este grupo heterogêneo adotasse os espaços urbanos são múltiplos e incluem desde a ausência de moradia, a inexistência de trabalho e renda, o abandono familiar ou até falta da família, a precariedade da situação econômica, a migração, o desajuste social, desastres naturais, problemas mentais e, em sua maioria, ainda a dependência química.

O poder público vem negligenciando esses moradores entre os quais vemos crianças, adolescentes, adultos, e idosos e que em comum possuem a condição de extrema pobreza, a exclusão social e a indiferença do Estado.

O desinteresse do Estado pelos moradores que se encontram em situação de rua influencia diretamente o comportamento da sociedade, criando um estigma a esse grupo que acaba sendo vítimas de preconceitos sofrem com diferentes formas de violências. Além disso, há uma criminalização desses moradores em situação de risco e esse comportamento hostil está enraizado culturalmente na realidade do país.

O sistema capitalista, a desigualdade na distribuição de renda, somados às mudanças estruturais e tecnológicas, produtivas e organizacionais, vem refletindo no mundo do trabalho e contribuindo para o aumento das desigualdades e oportunidades de emprego. A maior parte da população de rua possui nível de escolaridade baixo e, às vezes, nenhuma qualificação profissional, dificultando o acesso ao mercado de trabalho.

Além disso, a falta de endereço fixo traz complicações na hora da contratação e, por isso, optam por trabalhos informais nos quais a renda é insuficiente para manter a sua subsistência, motivo para sua permanência nos espaços públicos.

As ações propostas no Trabalho de Conclusão de Curso são pensadas para minimizar os problemas enfrentados por moradores de rua e assegurar a esses moradores acesso às políticas públicas de assistência social, de trabalho, de renda, de moradia. Desse modo, são ações que visam dar oportunidade para esses moradores de mudança de vida, de resgate da sua dignidade e de inserção no mundo capitalista, através de políticas sociais que visem a recuperação desses indivíduos, seu tratamento psicológico, físico e emocional, sua profissionalização para a recolocação no mercado de trabalho, com rendimento que possibilite a manutenção de suas necessidades básicas e sua reinserção social.

8. Referências bibliográficas

ADJUTO, GRAÇA. Migrantes são mais de 70% da população em situação de rua na capital paulista. Acesso em: 22/04/2016: genciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-04/migrantes-sao-mais-de-70-da-populacao-em-situacao-de-rua-na-capital

BERGER;LUCKMANN.A construção social da realidade . 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. Caderno de Orientações técnicas sobre o Centro de Referência Especializado para a população em Situação de Rua (Centro Pop)e sobre o Serviço Especializado para pessoas em Situação de Rua. Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília, DF, Setembro de 2011

BRASIL. Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Brasília, DF, Abril de 2008.

FRAGA, Patrícia. “A rua de todos”: Um estudo acerca do fenômeno população em situação de rua e os limites e possibilidades da rede de proteção no município de Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988.

COSTA, GREINER; DAGNINO, DAGNINO. Metodologia de Diagnóstico de Problemas. In: Gestão Estratégica em Políticas Públicas. Campinas: Editora Átomo&Alínea, 2ª edição, 2013. Cap 8, pp. 205 a 218.

COSTA, GREINER; DAGNINO, DAGNINO. Mapas Cognitivos. In: Gestão Estratégica em Políticas Públicas. Greiner Costa e Renato Dagnino. Campinas: Editora Átomo&Alínea, 2ª edição, 2013. Cap 7, pp. 187 a 204.

COSTA, GREINER; DAGNINO, RENATO. Metodologia de Planejamento de Situações. In: Gestão Estratégica em Políticas Públicas. Campinas: Editora Átomo & Alínea, 2ª ed., 2013. Cap. 10, pp. 239 até 249.

COSTA, GREINER; DAGNINO, RENATO. Formulação de Ações Estratégicos. In: Gestão Estratégica em Políticas Públicas. Greiner Costa e Renato Dagnino. Campinas: Editora Átomo & Alínea, 2ª ed., 2013. Cap. 9. Estudar pp. 219 até 238.

COSTA, GREINER; DAGNINO, RENATO. Metodologia de Análise de Políticas Públicas. In: Gestão Estratégica em Políticas Públicas. Campinas: Editora Átomo&Alínea, 2ª ed., 2013. Cap. 03, pp. 51 até 83

MOTTA COSTA, ANA PAULA. População em situação de rua: contextualização e caracterização. Porto Alegre. Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 4, dez. 2005

SILVA, MARIA LÚCIA L. Trabalho e População de Rua no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2009, p. 136

STEIM, ROSA HELENA. A (nova) questão social e as estratégias para o seu enfrentamento. 2010. Acesso em: 10/02/2016
http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/235/379

FIPE, Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da População de Moradores de rua da área central da cidade de São Paulo. São Paulo, 2015. Acesso em 01/01/2016
http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf

MATTOS, FERREIRA. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre pessoas em situação de risco. Acesso em: 03/03/2015:
<https://craspsicologia.files.wordpress.com/2014/06/quem-voc3aas-pensam-que-elasc3a3o.pdf>

OLIVEIRA, L.T.A construção da identidade social da população de rua de Marília. Anais Seminário Nacional da população de rua de São Paulo. Ufscar 2008. Acesso em :
<http://www.senaposirua.ufscar.br/anais-do-seminario-1>

VENTURINI, LILIAN. Em oito pontos, o perfil dos moradores de rua de São Paulo. Acesso em 26/04/2016: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/04/25/Em-oito-pontos-o-perfil-dos-moradores-de-rua-de-S%C3%A3o-Paulo>